A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: desafios na formação e no trabalho docente na pandemia de covid-19

Andreia Cruz[1]

Joyce da Costa Lima [2]

Sthephanie Xavier Sathler [3]

RESUMO

O trabalho teve como premissa analisar as ações induzidas que contribuíram para o processo expansionista da educação superior, especialmente na modalidade a distância — EAD, com ênfase nas licenciaturas. No atual cenário pandêmico, esperava-se uma diminuição dos negócios educacionais, mas o que verificamos é uma intensificação desse processo, bem como o aumento da precarização dos profissionais de educação que atuam na modalidade a distância em decorrência da transposição das aulas presenciais para remotas. Outra problemática identificada é o alto índice de matrículas nos cursos de licenciaturas – responsáveis pela formação inicial dos professores – nas IES privadas. Sobre isso, é preciso analisar como são criados esses cursos, bem como seus currículos, as condições de trabalho oferecidas aos professores que atuam na modalidade de ensino a distância. Todas essas questões nos levam a questionar os efeitos desta na formação inicial de professores.

Palavras-chave: Ensino superior privado; Precarização do trabalho; Formação docente.

RESUMEN

El trabajo tuvo como premisa analizar las acciones inducidas que contribuyeron para proceso expansionista de la educación superior especialmente en la modalidad a distancia - EAD, con énfasis en las Licenciaturas.En el actual escenario pandémico,se esperaba uma diminución de los negócios educativos, por el contrario, lo que verificamos es una intensificación de este processo, así como, um aumento de la modalidade de la distancia como consecuencia de la transposición de las clases presencialies a las clases remotas.Otra problemática identificada es que los aumentos de las matrículas vienen ocurriendo en los cursos de Licenciaturas volcados para la formación inicial de profesores, lo que nos lleva a cuestionar los efectos en la formación docente.

Palabras clave: Educación superior privada. Precarización del trabajo. Formación docente.

---

[1] Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação - ESPE/UFRRJ. andreiagomes25@yahoo.com.br

[2] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM), bolsista no Programa de Iniciação Científica no projeto ***"Mercantilização da Educação Superior no Brasil: Os impactos da privatização na formação do Pedagogo"*** pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação - ESPE/UFRRJ. joycoosta.8@outlook.com

[3] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior e Pesquisa em Educação – ESPE/UFRRJ psathlers@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os desafios que a sociedade brasileira vem enfrentando no campo político, econômico e social, são impulsionados pela expansão imaterial e improdutiva do trabalho, em especial no setor de serviços, sob a égide do receituário neoliberal, o qual privilegiou a liberalização financeira, a retirada dos direitos sociais e trabalhistas, por meio, principalmente, da globalização de tecnologias digitais (DARDOT; LAVAL, 2016). Diante desse contexto, nas últimas décadas, com base em políticas governamentais, acompanhamos o crescimento exponencial do mercado educacional na modalidade a distância. Esse cenário é ainda mais expressivo quando desdobramos para a realidade das licenciaturas. Em 2019, as IES públicas registravam 36,0% das matrículas contra 64,0% das IES privadas. Num comparativo entre 2009 e 2019, “as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 192,4%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 20,3% nesse mesmo período (CENSO, 2019, p. 20). Assim, compreendemos que este movimento tem contribuído para a precarização dos trabalhadores da educação na era digital.

Nesse sentido, o presente trabalho centrou suas análises sobre o ensino superior privado e seus desdobramentos na expansão dos cursos de licenciaturas voltados à formação de professores, bem como debruçou-se sobre os impactos causados no trabalho docente em decorrência da transposição das aulas presenciais para o formato remoto durante a pandemia de SARS- COV- 2 (Covid-19), que emergiu em escala planetária em 2020. Esse evento também deve ser analisado dentro do atual processo expansionista de financeirização e oligopolização da educação superior brasileira.

2 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior brasileiro tem sofrido intensas mudanças iniciadas na Ditadura Civil-Militar. Foi nesse contexto que teve início a hegemonia do setor privado em detrimento do setor público, atravessando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, no ano de1996, até chegar às políticas implementadas no governo do Partido do Trabalhadores – PT.

As demandas pela expansão do ensino superior advêm das pressões das camadas médias na década de 1950. Elas enxergavam nessa modalidade educacional uma oportunidade de ascensão social, uma vez que o Brasil passava por um processo de industrialização e, com isso, surgiam novas oportunidade de trabalho que exigiam profissionais com mais qualificação.

Teve início, em 1968as ‘reformas modernizadoras’, promovidas pelo regime militar que procurou, de certa maneira, incorporar parte dos anseios dos movimentos sociais na educação, se, no entanto, romper com o conservadorismo (GÓES; CUNHA, 1985 *apud* NETTO, 2002, p.59). É importante destacar que, desde os anos de 1960, a educação brasileira já sofria influência de entidades estrangeiras. Nessa época, contava com o apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), responsável por apoiar as principais mudanças na educação superior, centro irradiador e contestador do movimento estudantil, e também nos demais níveis de ensino.

Esse período é marcado também pelo incentivo e isenções fiscais ao ensino superior privado. Sobre essa questão, Andrés (2008, p. 25) destaca “[...] as organizações privadas de ensino superior gozaram, desde de a sua criação, dos privilégios da imunidade fiscal [...], valendo-se desse expediente para crescerem”.

Assim, compreendemos que a Reforma de 1968 contribui significativamente para o crescimento e hegemonia do setor privado do ensino superior, uma vez que foi financiada indiretamente pelos recursos públicos. Com o advento da redemocratização da sociedade brasileira e com a emergência de uma nova Constituição Federal (1988), era esperado que houvesse uma mudança na educação superior brasileira, mas, ao contrário, esta foi impactada pelas contrarreformas neoliberais do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e pelos condicionantes dos organismos internacionais.

O octênio FHC teve como característica medidas de contrarreforma do Estado brasileiro que incidiram no campo social e, principalmente, na educação, por meio da implementação do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE). Assim, foi possível observar a substituição de uma administração orientadamente estatal para uma lógica

gerencial, o que pode ser considerado como um ataque à Constituição Federal/1988, à seguridade social e ao funcionalismo público (BERING, 2003).

Todavia, a investida mais significativa ao ensino superior acontece por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB/9394, que prevê em seu art. 7º:

> o ensino será livre à iniciativa privada, se atendida às seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – autorização de funcionamento e avaliação da qualidade do poder público; III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Fundamentadas na LDB e agindo em consonância com o artigo 20 da referida legislação, Instituições de Educação Superior privadas passarão a ter fins lucrativos. Na prática, isso significou uma flexibilização jurídica, uma vez que as IES puderam assumir diversos tamanhos e formatos, inclusive o de Sociedade Anônima de Capital Aberto em Bolsa de Valores. Diante dessa nova configuração, concordamos com Lima *et al* (2019, p. 5), quando afirmam que este cenário faz com que [...] “as IES privado-mercantil começaram a encarar a Educação como um mercado de exploração, em que os atores principais passaram a ser os donos ou acionistas, e, os coadjuvantes, os alunos”.

É importante destacar que as contrarreformas ao ensino superior prosseguiram no governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e uma série de projetos foram colocados em prática, tais como: Programa Universidade para Todos/PROUNI (Lei n° 11.096/05); Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES (Lei n° 10.861/04); Decreto n° 5.205/04, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio, viabilizando, por meio da proposta de um anteprojeto de Lei da Educação Superior, à captação de recursos privados para financiar as atividades do ensino público.

Sendo assim, temos nos anos 2000 o início do processo de financeirização e de oligopolização da educação superior brasileira, o qual se deu através de alguns grupos privados-mercantis (concentradores e centralizadores de capitais), que desde a década passada, utilizou-se do Fundo Público para expandir e financiar seus negócios. Nessa perspectiva, o PROUNI desempenhou um papel fundamental no processo expansionista da educação superior em nosso país, uma vez que, através

de [...] “recursos indiretos por meio de isenções fiscais a empresas educacionais, ou seja, a entidades com fins lucrativos, possibilitou a abertura do capital dessas instituições aos mercados financeiros, mantendo suas margens de lucro” (CISLAGHI,2019, p. 147). Desse modo, temos em 2007 um aprofundamento do processo de mercantilização da educação superior, uma vez que grupos como Anhanguera Educacional, Kroton Educacional, Estácio de Sá, Sociedade Educacional Brasileira (SEB) e Colégio Oswaldo Cruz passaram a operar na Bolsa de Valores.

Essa nova perspectiva vai exigir das IEs privadas-mercantis uma nova postura. Nesse sentido, Chaves *et al* (2020, p. 7) apontam:

> [...] essa nova lógica financeira das IES mercantis, acompanhada de estratégias organizacionais como a governança corporativa, favorece a oligopolização do setor e é incompatível aos princípios que devem nortear o processo educativo entendido como direito e não como uma mercadoria.

É importante salientar que o processo de expansão da educação superior privada foi induzido por políticas públicas governamentais, principalmente através da modalidade a distância, conforme Nascimento e Cruz (2021) destacam.

> Nas últimas décadas, a EAD tem assumido um papel significativo nas políticas públicas destinadas à educação superior, sobretudo quando se considera a expansão do ensino superior, pois consegue atingir uma parcela significativa da população, alcançando os rincões do Brasil. Na verdade, porém, a EAD é utilizada por moradores dos grandes centros urbanos, indo por terra a falácia do discurso democratizante. (p. 268).

A problemática é reforçada com base nos dados das Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior (2019), que revelam o contínuo crescimento da rede privada de 87,1% entre os anos 2009 e 2019, em detrimento da rede pública que cresceu apenas 32, 4%, no mesmo período analisado.

Em relação às matrículas da graduação, as IES privadas registram 6.523.678 milhões, ou seja, 75,8%. A pública registrou 24,2%, ou seja, 2.080.146 milhões. No que se às matrículas das licenciaturas presenciais, estas representam 46,7%, enquanto a modalidade a distância registra um total de 53,3%, evidenciando que os nossos professores são formados em sua grande maioria a distância. Gatti (2013-2014, p. 37) destaca:

> [...] há muitos indícios de que a multiplicação de consórcios e polos para a oferta de cursos de licenciatura a distância ocorre sem que um projeto político-pedagógico de formação docente mais adensado no âmbito de sua articulação nacional e local tenha sido desenvolvido e compartilhado e sem

> que as estruturas operacionais básicas estejam funcionando adequadamente.

Destacamos que as críticas feitas à educação a distância não se referemà modalidade, uma vez que enxergamos sua proposta como rica em possibilidades, mas referimo-nos à forma como a EaD vem sendo desenvolvida e colocada em prática nas instituições educacionais, especialmente naquelas voltadas à formação inicial de professores que irão atuar na educação básica.

> Cursos a distância demandam: equipes docentes com boa formação na área e também, quanto a aspectos específicos do ensino nessa modalidade, tecnologias sofisticadas e ágeis; materiais bem produzidos e testados; polos bem instalados; monitores ou tutores bem formados, tanto nos conhecimentos de áreas como no uso de tecnologias educacionais, apoiados e acompanhados sistematicamente; sistemas de controle bem delineados com pessoal adequado; avaliação da aprendizagem em formas consistentes, entre outros cuidados. São aspectos nem sempre encontrados na oferta dos cursos EAD no país (GATTI, 2013-2014, p.38).

As questões citadas por Gatti são fulcrais quando analisamos os efeitos da transposição da educação presencial para uma educação remota/ ensino híbrido no Brasil, em virtude da pandemia de SARS-COV-2 (Covid-19), em curso. Ou seja, enquanto a comunidade internacional soube ser ‘adaptativa’ à nova realidade, “o sistema de educação pública do Brasil revelou despreparo e pouca familiaridade com o ensino on-line” (BARRONE, 2020). Na realidade o que vemos é um verdadeiro *apartheid* educacional dos estudantes (COLEMARX, 2020).

Se por um lado, a pandemia de Covid-19 trouxe prejuízos econômicos, sociais, psíquicos, entre outros, esta tragédia planetária tem sido uma ‘oportunidade’. Conforme destacou Lemann, “todas as crises por que eu passei foram duras e eu sofri, não sabia como chegaria ao fim, mas alguma **oportunidade** apareceu” (grifos das autoras – GUIMARÃES, 2020).

Nesse sentido, concordamos com Nascimento e Cruz (2021), quando afirmam que apesar do cenário pandêmico trazer novas reconfigurações para a educação superior brasileira, seja ela pública ou privada, ela foi uma oportunidade de fortalecimento do setor privado.

3 O FORTALECIMENTO DAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA – A FORMAÇÃO DOCENTE EM QUESTÃO

Em meio a uma das maiores crises sanitárias presenciadas pela humanidade, o isolamento social tem sido uma ‘oportunidade’ para os negócios. Percebendo-se obrigadas a recorrer ao processo de inovação e criação para não perder mercado consumidor, as instituições de educação superior privadas aproveitaram a pandemia para expandir seus negócios.

> Pandemia motiva novos investimentos em aprendizagem 100% online - Ensino a distância com tecnologia de ponta é a aposta de novos empreendimentos no ramo educacional.
> [...] Neste contexto favorável, a empresa Ideal Serviços Educacionais, do Grupo Ideal Trends, com sede em São Paulo, projeta abrir unidades educacionais no Brasil e nos Estados Unidos. A ideia é promover ensino superior na modalidade a distância (EAD), para formação de gestores executivos inicialmente nas áreas de Estratégia, Gestão, Inovação e Liderança, e com previsão de expandir para as demais áreas de conhecimento, inclusive licenciaturas (TERRA, 2021, s/a).

Nesse sentido, a educação foi retirada de seus espaços comuns e novos caminhos se abriram, no que se refere as alternativas digitais, através da educação a distância e do ensino remoto, ou seja, a pandemia não freou o processo de mercantilização da educação superior privada, uma vez que, os cursos em formato EAD se consolidaram em virtude do ‘novo normal’.

> [...] Pesquisa da Educa Insights “Coronavírus e Educação Superior: o que pensam os alunos”, em parceria com a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), aponta que, mesmo na pandemia, há uma demanda reprimida de estudantes que desejam iniciar cursos de graduação no primeiro semestre de 2021: são 38% dos entrevistados. Destes, 46% demonstraram interesse no EAD contra 33% do presencial.
> “O aluno perdeu a resistência do ensino online e tem gostado deste novo modelo virtual, porque pode fazer uma aula teórica do conforto de sua casa, sem gastar com combustível, condução. Para quem trabalha e estuda, há mais comodidade, menos estresse com perda de tempo nos deslocamentos. As aulas virtuais contribuem para amenizar esta correria e contam com interação do professor e também do aluno. É um presencial-virtual”, declara o diretor executivo da ABMES, Sólon Caldas (EXAME, 2021).

Assim, a expansão da educação superior privada foi induzida pelas políticas educacionais implementadas nos últimos trinta anos, além disso, a procura de cursos no período pandêmico está relacionada a necessidade de continuidade dos estudos e a busca por uma qualificação em tempos de crise. Entretanto, no âmbito da formação de professores, a modalidade a distância tem desempenhado um papel preponderante na expansão, especialmente pós LDB.

De acordo com Seki, Souza e Evangelista (2019), na pesquisa que realizaram entre os anos de 2003 e 2015, as matrículas em EAD, já despontavam de maneira exorbitante, saindo de 180.908 mil estudantes matriculados em 2011 para 350.032 mil em 2015. Os pesquisadores alertam que o crescimento vai fazer com as matrículas em EAD ultrapassem as matrículas do ensino superior. Tal previsão é confirmada, quando analisados os dados do Censo da Educação Superior de 2018 (BRASIL, 2019), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de alunos matriculados em licenciatura a distância (50,2%) superou a número de alunos matrículas nas licenciaturas presenciais (49,8%).

Nessa perspectiva, Seki, Souza e Evangelista (2019) também identificaram que o curso que registra mais matrículas na modalidade EAD é o curso de Pedagogia. Nesse sentido, entende-se que o interesse pela formação docente se manifesta, também, no investimento em curso de formação de professores para a educação básica. Conforme elucida Seki, Souza e Evangelista (2019) trata-se do abocanhamento, por parte da IES particulares, da EAD com ênfase no curso de Pedagogia.

Entende-se, que a partir do momento em que a educação é identificada como uma área em crescimento, os setores financeiros começam a manifestar interesse e preocupação, com objetivos relacionados a lucro, não a formação. Conforme apontado por Oliveira (2009), a identificação da educação como uma área para o desenvolvimento de um setor empresarial, é antiga. Ademais, Oliveira (2009, p. 743) aponta que, a partir da década de 90,

> [...] ao se identificar que o setor de educação superior sofreria rápida expansão, a atenção dos fundos de investimento voltou-se para essa área, ocasião em que foram constituídos os primeiros fundos de investimento exclusivamente direcionados à educação.

Dado os interesses massivos dos grandes setores financeiros na educação, uma das oportunidades desse setor em aumentar consideravelmente seu alcance, foi o foco nas licenciaturas, ou seja, a formação docente. Considerando a ‘facilidade’ na oferta de cursos com grau de licenciatura, bem como o interesse mercantil alinhado à lógica capitalista de formação, o investimento e a ‘preocupação’ com a formação docente tornaram-se questões presentes na agenda do setor financeiro.

A educação deixa de ser bem comum e passa a ser entendida como mercadoria. Nessa lógica, os estudantes são enxergados como ‘clientes’ e a qualidade se deteriora. Em outras palavras, acabamos não acompanhando requisitos básicos para a garantia de um bom ensino, como o quantitativo de alunos por professores na sala virtual, os locais para atendimento presencial, a elaboração dos materiais pedagógicos, dos currículos desses cursos, e os aspectos ideológicos desse tipo de formação.

Ademais, os impactos causados pela formação de professores à distância são diversos; nesse sentido, coadunamos com Gatti (2014, p. 37), quando afirma que:

> Os estudantes a distância não são favorecidos com um convívio em cultura acadêmica, como o diálogo direto com colegas de sua área e de outras, com professores no dia a dia, com a participação em movimentos estudantis, debates, e com vivências diversas que a vida universitária oferece de modo mais intenso. Ou seja, ficam os futuros professores carentes de uma socialização cultural não desprezível.

Além disso, Gatti (2014, p. 38) salienta que:

> Esses professores trabalharão com crianças em tenra idade e com a alfabetização, o que exige uma formação delicada, um aprendizado de relações pessoais, pedagógicas, didáticas, de formas de linguagem específicas. A modalidade a distância não favorece de forma cabal esse tipo de formação, que implica aspectos psicossociais relacionais.

Lembramos que a expansão e mercantilização da educação superior não atingem apenas o processo formativo dos profissionais que estão em processo de formação inicial, elas se fazem presente também no âmbito do trabalho. A precarização do trabalho docente é intensificada com a transposição das aulas presenciais para as aulas remotas/ híbridas, com o uso constante das tecnologias da informação.

4 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Com a adoção das aulas remotas pelas instituições privadas de educação superior, em virtude das medidas de isolamento social, o trabalho docente foi intensificado, havendo, consequentemente, a sua precarização. É importante frisar que tal problemática já se fazia presente na modalidade presencial, tendo ganhado novos contornos no cenário pandêmico.

> A precarização do trabalho docente em tempos de ensino remoto. Uma professora, em um domingo, ao ser questionada sobre a ampliação de determinado prazo pelo grupo de Whatsapp, solicitou que a mensagem fosse enviada por e-mail, pois aquela forma precarizava o seu trabalho. Uma outra professora foi questionada em decorrência de uma rápida participação da sua mãe e de seu cachorro durante a aula de apresentação da disciplina. Um professor ficou constrangido ao ter que cuidar de uma criança [seu filho] que chorava ao lado enquanto estava em uma reunião (NETO, 2020, s/p).

Além de situações como essas, ainda há casos em que docentes vêm sendo demandados a assumirem novas responsabilidades. Segundo Marques (2021, p. 8), essas novas atividades "imputa-os a figura de polivalente, desempenhando múltiplas funções que requerem a aquisição de novas habilidades e o desenvolvimento de novas competências, afastando-se de sua função primeira". Nesse sentido, concordamos com a reportagem a seguir.

> 'Mais próximo de telemarketing do que de um trabalho docente', diz professor universitário sobre precarização no EAD.
> É aceitável que provas dissertativas sejam corrigidas por inteligência artificial? Quantos alunos um professor pode ter? Docente universitário e doutor em sociologia, Gabriel Teixeira chegou a lecionar para 20 mil estudantes em um único semestre. No meio da pandemia, Marcio Esdras de Godoy, professor mestre em arte e educação, foi demitido por uma mensagem pop-up (GSHOW, 2021).

Além da sobrecarga presente, destacamos que muitos conglomerados educacionais privados recorreram ao processo de demissão de funcionários, o que gerou um aumento excessivo de alunos em salas de aula virtuais.

> "É cruel": professores encaram aulas virtuais com 300 alunos e demissões por "pop-up" na tela. Em meio à pandemia, milhares de docentes foram demitidos de universidades privadas em São Paulo, e relataram precarização e depressão. [...] Superlotação on-line – Enzo, professor da FMU, afirma: "É muito mais barato para a faculdade pagar um professor por três horas, meu caso, para falar com 200 alunos on-line, do que pagar mais professores para ficar cada um com várias turmas de 50 alunos". Numa troca de mensagens entre professores da FMU, eles comentam a situação: "À noite juntaram na minha aula 310 alunos. Com 170 presentes na última sexta. Vamos ver nesta sexta com os calouros". Em resposta, outro professor diz: "Poxa vida, e quem vai corrigir 310 provas e trabalhos?". "Vai ser tudo múltipla escolha. Acha que vou corrigir? Já vai dar trabalho para lançar…", resigna-se o docente. (DOMENICI, 2020a, s/pág.).

Além das questões apresentadas, destacamos ainda a não preocupação com a saúde dos profissionais de educação durante a pandemia de Covid-19. Durante esse período, houve uma tentativa forçada de retomada as aulas, que resultou na morte de alunos e professores. Ressaltamos também o caso dos estudantes da

Universidade de Nova Iguaçu – UNIG, que criticaram a falta de respeito aos protocolos sanitários e o excessivo quantitativo de alunos por turma:

> A gente tinha acabado de receber a notícia de que um colega nosso tinha sido intubado na véspera. E a gente precisava ficar aglomerado na porta esperando os nossos nomes serem chamados para gente poder fazer a prova. (G1, 2021).

Esse cenário também se faz presente em outras regiões do país, conforme indica citação abaixo:

> No PR, crescem óbitos de professores por covid e sindicato critica aulas presenciais. Desde o início da pandemia, já são cerca de 200 mortes por covid de profissionais de educação da rede pública do Paraná (CALDAS, 2021, s/p).

Nesse sentido, reconhecemos que para conter o avanço da pandemia é necessário seguir alguns protocolos sanitários, investir na compra e distribuição equânime de vacinas, o que requer investimento público. Mas, como bem sabemos, o Brasil encontra-se numa situação de pária sanitária em face do agravamento da pandemia ocasionado pela má gestão do Ministério da Saúde. A incompetência administrativa tem implicado diretamente no agravamento da situação pandêmica, colocando em risco a vida de alunos e docentes.

Com o crescimento do empresariamento da educação e a precarização do trabalho docente, o professor passa a ser visto como um mero colaborador; o docente foi desumanizado, desacreditado, sendo utilizado apenas para reforçar o crescimento do capital.

Portanto, nesse contexto, compreendemos que as instituições privadas de ensino superior perderam seu espaço de desenvolvimento do senso crítico, de modo que seu objetivo está diretamente relacionado com os interesses do capital. Assim, vêm criando um negócio no qual a educação assumo o papel de mercadoria e o aluno de cliente.

CONCLUSÃO

Diante do panorama apresentando aqui, compreendemos que os efeitos da pandemia serão sentidos por décadas em nossa sociedade. Todavia, não basta apenas voltarmos o nosso olhar para os impactos da pandemia no processo de aprendizagem dos alunos. É fulcral entendermos que o isolamento social não impediu

o processo a expansão das IES privadas, ao contrário, apresentou-se como uma ‘oportunidade’ de negócio lucrativo, já que os cursos em EAD ganharam impulso durante a pandemia. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se aprofundou a mercantilização e privatização da educação superior, também ocorreu uma intensificação do processo de precarização do trabalho docente. Junto com a proposta EaD, os professores se viram obrigados a lidar com salas virtuais superlotadas, demissão em massa, redução da carga horária ou suspensão temporária do contrato de trabalho.

Outro aspecto relevante desse processo é que a monopolização da educação superior suprime a função da educação de cumprir seu papel na sociedade, conforme destaca Mészáros (2008, p. 25):

> [...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Se considerarmos que o setor privado da educação superior, que vem, ao longo desse tempo, formando grande parcela dos docentes que atuarão na educação básica, está alinhado com o sistema capitalista no Brasil, compreenderemos que isso implica em uma lógica de reprodução dos ideais do capital, de conformidade e manutenção do sistema. Não há mudança social sem educação, tampouco mudança na educação sem transformação social. Se o capital monopoliza a educação superior, ele suprime a educação de cumprir seu papel na sociedade.

Podemos afirmar que, por meio do crescimento de IES privadas, sugestiona-se a ideia de expansão da educação superior para toda a população. No entanto, esse movimento se deu com base em políticas governamentais e avanços tecnológicos vivenciados pela sociedade, mas que não alcançaram toda a população. É o que Mészáros (2008, p. 27) compreende como "personificações carinhosas do capital”. Deteriora-se a complexidade da formação docente para que o capital continue no controle. Nessa lógica, fica evidenciado que onde o capitalismo domina, ali ele forma.

Por fim, a estratégia é de simples compreensão: o sistema forma os professores, os professores vão para a educação básica, e a classe trabalhadora é formada por esses profissionais. Por esse viés, a formação para a emancipação torna-

se a formação para a reprodução, enquanto o capitalismo, alinhado aos seus representantes privados, monopoliza a educação brasileira.

REFERÊNCIAS:

ANDRÉS, A. **O programa universidade para todos (Prouni)**: estudo. Brasília: Câmara de Deputados, 2008.

BARONE, I. **Educação pública na pandemia**: faltam estratégias para enfrentar situações como a Covid-19. Gazeta do Povo, 16 de julho de 2021. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/educacao-publica-na-pandemia-faltam-estrategias-para-enfrentar-situacoes-como-a-covid-19/ acesso em: 16 de jul. 2021.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jun.2021.

BRASIL. **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.172** de 25 de outubro de 1996. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.861** de 14 abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.205**, de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5205.htm. Acesso em: 18 de jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096,** 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 18 de jul. 2021.

BRASIL. **Lei, n. 13.415,** de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 23 de jul. 2021.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**. Notas Estatísticas da Educação Superior 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: jun. 2021.

CALDAS, A. C. **No PR, crescem óbitos de professores por covid e sindicato critica aulas presenciais**. 23 de junho de 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/no-pr-crescem-obitos-de-professores-por-covid-e-sindicato-critica-aulas-presenciais. Acesso em: 16 de jul. 2021.

CHAVES *et al*. Financiamento público para o ensino superior privado – mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 08, p. 1-20, Janeiro de 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/70063/40309. Acesso em: 01 de jun. 2021.

CISLAGHI, J. L. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 2, n. 44, p.134-151, janeiro a junho de 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23485/21175. Acesso em: 02 de jun. 2021.

COLETIVO DE ESTUDOS EM MARXISMO E EDUCAÇÃO (COLEMARX). **Universidades públicas e aulas remotas**: nenhum estudante pode ser excluído. [s.:l.], 2020. Disponível em: http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/07/COLEMARX Universidadesp%C3%BAblicas-e-aulas-remotas-nenhum-estudante-pode-ser-exclu%C3%ADdo-1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

CUNHA, L. A. **Uma leitura da Teoria da Escola Capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMENICI, T. “É cruel”: professores relatam aulas on-line com 300 alunos a demissões por pop-up. **Agência Pública**, 22 set. 2020a. Disponível em: https://apublica.org/2020/09/e-cruel-professores-relatam-de-aulas-on-line-com-300-alunos-a-demissoes-por-pop-up/. Acesso em: 4 jan. 2021.

ENSINO a distância se consolida na pandemia. **Abmes**, 2021. Disponível em: https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4317/ensino-a-distancia-se-consolida-na-pandemia. Acesso em: 16 de jul. 2021.

ESTUDO mostra que 46% dos estudantes buscam EaD para graduação. **Exame**, 2021. Disponível em: https://exame.com/bussola/estudo-mostra-que-46-dos-estudantes-buscam-ead-para-graduacao/. Acesso em: 10 de julho de 2021.

GATTI, B A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**. São Paulo, n. 100, p. 33-46, 2014. Disponível em https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164. Acesso em: 6 fev. 2021.

GUIMARÃES, F. Para Lemann, crise por pandemia do coronavírus traz oportunidade. **Estadão Conteúdo**, 14 de abril de 2020. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/17/para-lemann-crise-traz-oportunidade.htm. Acesso em: 16 de jul. 2021.

HENDERSON, A. I. Alunos da Unig reclamam de aglomeração em aulas presenciais e desrespeito a protocolos sanitários. **G1**, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/19/alunos-da-unig-reclamam-de-aglomeracao-em-as-aulas-presenciais-e-desrespeito-a-protocolos-sanitarios.ghtml. Acesso em: 18 de maio de 2021.

LIMA, J. P. C. *et al*. Financeirização e oligopolização no ensino superior privado-mercantil brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmago da educação. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 1-23, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/82457/52324. Acesso em: 02 de jun, 2021.

MAIS próximo de telemarketing do que um trabalho docente, diz professor sobre precarização no EAD. **GShow**, 2020. Disponível em: https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/mais-proximo-de-telemarketing-do-que-de-um-trabalho-docente-diz-professor-universitario-sobre-precarizacao-no-ead.ghtml. Acesso em: 16 de jul.2021.

MARQUES, R. O professor em trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, ano III, vol.6, n.16, Boa Vista, p.6-14, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/ander/Downloads/271-Arquivo%20do%20texto%20(doc%20_%20docx)-605-1-10-20210328%20(1).pdf. Acesso em: 22 de jul. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NASCIMENTO, L.; CRUZ, A.G. Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: as oportunidades do lucrativo mercado educacional. **Revista Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.258-276, abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43565/24613. Acesso em: 02 de jun. 2021.

NETO, G. M. P. **A precarização do trabalho docente em tempos de ensino remoto**, 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/28/a-precarizacao-do-trabalho-docente-em-tempos-de-ensino-remoto. Acesso em: 16 de jul. 2021.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, E. Professor com 24 anos de carreira é avisado da demissão por uma janela pop-up: 'Visto como um custo'. **G1**, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2020/10/15/professor-com-24-anos-de-carreira-e-avisado-da-demissao-por-uma-janela-pop-up-visto-como-um-custo.ghtml. Acesso em: 18 de maio de 2021.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, 2009. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 20 de mai. 2021.

PANDEMIA motiva novos investimentos em aprendizagem 100% on-line. **Terra**, 2021. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/dino/pandemia-motiva-novos-investimentos-em-aprendizagem-100-online,3358ee6372363acbf99d2856b175954ejr74ilk2.html. Acesso em: 16 de jul. 2021.

SEKI, A. SOUZA, A.; EVANGELISTA, O. O crescimento perverso das licenciaturas privadas. In: EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. de; TITTON, M.; AVILA, A. B. **Desventuras dos professores na formação para o capital**. 1. ed. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2019, p. 61-106.